

BOLETIM
N.º 4 e 5
ABRIL - MAIO
1962

FRENTE ANTITOTALITARIA DOS PORTUGUESES LIVRES EXILADOS

EDITORIAL

GREVES EM PORTUGAL E ESPANHA

Em Portugal, uma greve de estudantes universitários espontaneamente desencadeada nos primeiros dias de abril e cujo desenvolvimento as violências habituais da PIDE e a sanha do Governo não conseguiram deter nem amedrontar, desvenda e acelera o processo de decomposição do regimen que, desde janeiro de 1961, anuncia a agonia do Estado Novo. Em Espanha, uma outra greve — essa de trabalhadores das grandes regiões mineiras — não só alcança extensão e retumbância sem precedentes na história da tirania franquista, como também logo se reflete na massa estudantil e excita em todo o país o desespero da população oprimida.

Salazar e Franco, que até muito recentemente dominavam com facilidade, e pelo simples emprego das suas forças brutas, todas as veleidades de insubmissão aos seus poderes descricionários — agora não dominam nem o levante dos grevistas e das suas correntes de apoio, nem sequer o desconcerto próprio. Habitados a tudo resolver pela força violenta, habituados a não transigir, falta-lhes em absoluto o talento de negociar. Assim, esgotados os recursos da força, que não consegue amedrontar nem deter o movimento grevista, simulam recuos táticos de temporização tão grosseiros que não iludem senão a eles próprios. Qualquer dos movimentos — o de Portugal e o de Espanha —, não se reduzem a meras expressões de descontentamento de classes estudiantis e operárias em luta por uma vida melhor, confinados ao círculo de interesses dessas classes; antes são, com a mais expressiva eloquência, manifestações nevrálgicas de um estado de desespero da população, cujo curso é já irreversível.

A importância que a greve estudantil tem para Portugal — e creio que para Espanha, de qualquer maneira, também — excede, em profundidade e consequências, a importância que têm ou tiveram tantas outras manifestações de descontentamento ou rebeldia que desde janeiro de

1961 sucessivamente se têm processado. Por um lado, demonstra a vivacidade de uma consciência, que a muitos parecia amortecida, por parte das massas mais nobres e mais determinantes dos destinos da nação; trata-se dos seres que dentro de meia dúzia de anos — apenas um instante — serão a juventude atuante na vida pública em Portugal. Por outro lado, o movimento, não só evitando mas repelindo também vigorosamente as tentativas feitas pelo Comunismo no sentido de encapotadamente o comandar, polariza aqueles sentimentos anti-comunistas da maioria esmagadora da Nação que no seu desespero se torna por vezes presa fácil das táticas comunistas. De fato, tendo, em certo momento, coincido as manifestações grevistas dos estudantes, com manifestações de rua, em grande parte conduzidas por agentes do comunismo, nem estas, apesar da demonstração que fizeram de que o medo já não é geral e paralizante como era, conseguiram manter-se, nem os que as haviam mobilizado conseguiram infiltrar-se nas massas estudiantis. As manifestações do primeiro de Maio de que, aliás participaram muitos não comunistas desesperados não puderam exceder-se além de “um incidente” (e precisamente porque a suspeita de uma atividade comunista favoreceu o outador), ao passo que a greve estudantil alcan-

A F.A.P.L.E. TEM, NATURALMENTE, A SUA ESTRUTURA ORGÂNICA, POR MEIO DA QUAL CUIDA DE SE EXERCER COMO FORÇA DE PENSAMENTO E AÇÃO EMINENTEMENTE DEMOCRÁTICA E HUMANA. É POSSÍVEL QUE MUITOS DEMOCRATAS, POR DIFERENTES RAZÕES, QUEIRAM FICAR A MARGEM DA SUA ORGÂNICA E EXERCÍCIO — MAS TODOS, QUE SENDO GENUINAMENTE DEMOCRÁTICOS SÃO TAMBÉM, POR NATUREZA IDEOLÓGICA, ANTI-TOTALITÁRIOS, SE ENCONTRAM NELA ESPIRITUALMENTE INTEGRADOS.



FRENTE ANTITOTALITARIA DOS PORTUGUESES
LIVRES EXILADOS
(FAPLE)

çou a expressão e os resultados de "um movimento", com enorme repercussão em toda a Nação.

A extraordinária viragem da política portuguesa que iniciou o processo público de decomposição do regime e conduziu à agonia em que se encontra, foi determinada e confirmada por dois acontecimentos sôbre todos relevantes: primeiro, a campanha eleitoral de 1958; em janeiro de 1961, a operação de choque realizada no navio "Santa Maria". A altura destes acontecimentos, porventura com efeitos mais decisivos, vem agora o movimento dos estudantes universitários. Tudo o mais que desde 1958 tem ocorrido, e ainda o que, na mesma esteira, não deixará de ocorrer até à queda do regime, tem resultado e resultará do impacto produzido por estes três acontecimentos capitais. A campanha eleitoral muito bem conduzida pelas várias comissões que a moveram havia revelado, como nunca se revelara, o número esmagador, a extensão e a profundidade das massas e dos sentimentos oposicionistas, deixando a convicção de que o regime estava ferido de morte. As suas consequências imediatas teriam sido decisivas se a inexperiência e incapacidade política do candidato as não tivessem deitado a perder; se, ao menos, uma organização política menos circunstancial se houvesse consti-

tuido para suprir essa falha. O choque emocional produzido no mundo pela operação do Santa Maria, as atenções que atraiu para o caso português, o isolamento internacional a que levou o regime, ao mesmo tempo que restabelecia uma confiança quanto às possibilidades de uma ação direta, reanimava também as esperanças abaladas pelo imobilismo em que se decaira depois da campanha eleitoral. Mas também a este acontecimento faltou a cobertura política que tornaria decisivo o impacto produzido; na frente interna a oposição militante subjugada pela PIDE e pelo recrudescimento de todas as violências do regime; na frente exilada, uma oposição decapitada e praticamente manobrada pela minoria comunista. De qualquer maneira, porém, o progresso realizado nos rumos que conduzirão à liberdade fôra, de todos os pontos de vista, extraordinário.

Vem agora o movimento estudantil — e não como simples incidente de um processo de decomposição imparável; antes como um "movimento" exponencial que refletindo em pureza o descontentamento que lavra em todo o país lhê oferece, ao mesmo tempo, a mais sólida e a mais insuspeita de todas as bases de organização. Os poderes descricionários da força serão cada vez mais ultrapassados pelos poderes de uma juventude em cata de destino humano.

FRENTE POPULAR?

(Em "IBÉRICA" de 15 de Abril: Um artigo de SALVADOR MADARIAGA)

Torna a pôr-se o problema da colaboração com os comunistas na ação de sarar a Espanha de situação anormal em que está. Levantou-o em IBÉRICA um escritor da nova geração, Xavier Flores, a quem se devem penetrantes e bem informados estudos sobre a situação em Espanha...

Julgo razoável interpretar esta renovação de interesse por tão espinhoso tema como sintoma do desengano causado pela visita do Secretario de Estado americano a Madrid (16-12-1961). Os que haviam fixado as suas esperanças numa mudança de atitude para com o regime por parte da nova administração norte-americana, veêm-se enganados; e como esta frustração se arrasta já ao longo de 15 anos de esperanças falidas e dolorosas surpresas, reforça-se a convicção de que só é possível esperar alguma coisa dos países

atlânticos quando se possa amedrontá-los. Daqui a uma aliança com comunistas, o caminho é curto.

Os que não hesitam em percorrê-lo esquecem talvez que as objeções a uma aliança com o comunismo são mais profundas que simples tática. É verdade que uma das vantagens de não nos aliarmos com os comunistas tem sido a de inspirar confiança às opiniões e potências que poderiam — se quisessem — ajudar-nos a tirar a Espanha do seu atoleiro. E é verdade que se agora adoptassemos uma espécie de frente popular, forneceríamos ao regime, que tanto gosta de acusar de comunismo todos os seus adversários, um excelente pretexto. Mas, embora estes argumentos me pareçam não carecer de substância, nem um nem o outro atingem uma categoria essencial. São mera tática, e como tática, dependentes da estratégia, que é o que importa.

O que importa não é tanto o que fazemos como o que somos. Um homem rasgou o abdômen a uma mulher indefeza. Trata-se de um criminoso ou de um cirurgião? Nós, os que queremos uma mudança de regimen — que queremos? que somos? que Espanha aspiramos a criar? Da resposta a estas perguntas depende a resposta o nosso tema: Com ou sem os comunistas?

Pois bem, a Espanha que aspiramos a criar, não é marxista nem anti-marxista, nem monárquica, nem anti-monárquica, nem católica, nem anti-católica. Admitimos ao nosso lado todos os matizes pró e contra. Então que nos une? A liberdade. Queremos uma Espanha em que o Governo não tenha o monopólio da opinião nem seja o seu autor, mas apenas o seu mandatário. Por consequência, não podemos ir para a luta contra o regimen de braço dado com um partido que sustenta o monopólio da opinião, como é o Partido Comunista, ainda com mais rigidez do que o atual regimen espanhol.

Torna-se pois evidente que uma ação contra o regimen lançada em colaboração com os comunistas perderia toda a sua razão de ser. Por quê contra este com o outro e não com o outro contra este? Tão repugnante seria a aliança com os comunistas contra a Falange, como a aliança com a Falange contra os comunistas.

Aqui pode argumentar-se que há uma diferença que é a seguinte: a Falange está no Poder e os comunistas estão na oposição; e ressuscita a lembrança da aliança do Ocidente com Staline contra Hitler. Erro profundo que redundou em perigo mortal. Teve que ir-se para essa aliança mas lembremo-nos de que então imperavam ainda razões românticas sobre o comunismo (no espírito de Roosevelt, por exemplo) que facilitaram esse recurso; lembremo-nos também que esse conluio custou um preço espantoso, nada menos do que a liberdade de metade da Europa. Portanto, o exemplo da aliança com Staline, longe de abonar agora a causa de um acordo com os comunistas em Espanha, adverte-nos contra esse acordo por via de clamor de 150 milhões de europeus escravizados.

Mas falta ainda o mais grave. Ou se vai lealmente para essa aliança, ou se vai sem lealdade. A segunda alternativa é forçosamente de repelir. Se se vai com lealdade, como não dar aos comunistas a sua participação no Governo uma vez derrubado o regimen? (Demais, eles se encarregariam de assegurá-la se os admitíssemos na operação de derrubar!). Como e quando se viu um regimen que tendo admitido no seio os co-

munistas, não pereceu às suas mãos? Só em França. E ali mesmo recorde-se quanto foi difícil a operação, na medida em que pôde realizar-se, uma vez que os comunistas continuam em França muito mais entrincheirados no Estado francês do que parece.

Nunca os comunistas ocultaram a sua intenção de aproveitar todas as situações e todos os meios para destituir do poder os outros partidos, a principiar pelo socialista que é o que mais odeiam e desprezam; o que torna tão ambígua como ingenua a postura de socialistas como Palácios na Argentina e Allende no Chile, oferecendo-se ao comunismo e estendendo os pescoços à sua guilhotina. Ir à luta com os comunistas é levar o inimigo a bordo e, como prejuízo mínimo, embaraçar a nova Espanha com um grave problema de lealdade nas fileiras da sua futura direção.

Aqui, importa recordar ainda o que atrás se disse sobre as consequências da aliança com Stalin para derrotar Hitler. Essas consequências exercem-se ainda. Ainda vivemos continuamente com a borda debaixo de água, por termos lutado em aliança com Stalin, por nele haveremos confiado a ponto de lhe permitir meter metade da Europa no campo de concentração em que continua como escrava. Que consequências resultariam para Espanha de uma aliança nossa com os comunistas?

Terminarei com um aspecto do problema que talvez alguns considerem excessivamente quichotesco, mas que me parece ter para nós espanhóis, uma importância especial. Se vamos lutar pela liberdade dos nossos — será lícito fazê-lo em camaradagem dos que esmagaram a liberdade na Hungria e afogaram em sangue a sua rebelião? Os que tiveram que engolir a humilhação de se obrigarem a levantar um muro erigido de metralhadoras através de Berlim, para que a sua juventude não continue a evadir-se? Iremos assaltar a cidadela da nossa liberdade pisando cadáveres de húngaros e de berlinenses?

Não julgo possível que liberte a Espanha quem não sentir profundamente a ânsia da liberdade — ânsia desconhecida dos comunistas. Se a sentem, não podem ser tão egoístas que a queiram para si e a neguem aos outros. Ir à conquista da liberdade de Espanha de braço dado com os que assassinaram a liberdade de metade da Europa, parece-me não só ingenuidade como aberração moral que poria em perigo a própria fé que alimenta a nossa causa.

Conceitos de Direita e Esquerda

Por Henrique Galvão

Parece-me evidente, e portanto muito dificilmente refutável, a tendência, aliás imposta por circunstâncias mundiais também dificilmente refutáveis, dos rumos político-sociais para as chamadas “esquerdas”. Os grandes problemas universais da nossa época — dos quais, sem dúvida alguma, o mais premente é o dos povos subdesenvolvidos e minados pela carência alimentar — reclamam clamorosamente soluções políticas, econômicas, morais e sociais que, não menos evidentemente, só pelo êxito de programas ditos de “esquerda” poderão ser alcançadas.

Isto não impede que se me mostre igualmente irrefutável — primeiro, que não basta nem é maneira de abrir caminho a soluções chamadas de “esquerda”, e que só humanamente concebidas serão aceitáveis, o processo simplista e geralmente demagógico de combater e negar indiscriminadamente o pensamento e programas das chamadas “direitas”, com a sanha com que na Idade Média os ortodoxos perseguiram as heresias; segundo, que o pensamento conservador que domina as posições ditas de “direita”, longe de se dever banir como herético ou simplesmente como deslocado, se deve considerar como elemento atuante de oposição, agente muito útil de equilíbrio político, social e econômico no desenvolvimento de programas ditos de “esquerda”. Se, na verdade, o caminho do progresso se abre para a “esquerda” — contra os riscos que, por desenfreada e passional precipitação correrá, pelo menos durante a época mal atinada em que vivemos e viverão ainda duas ou três gerações, será o conservadorismo das chamadas “direitas” o melhor e mais experimentado dos travões. Assim, a prudência que, concordo, não está no caráter específico das grandes revoluções nem se quadra com os sistemas de forças que as sustentam, indicaria: vamos, pois para a “esquerda”, visto que nesse sentido se abre o caminho, mas reconheçamos e aceitemos a utilidade prática de uma oposição das direitas.

Porém, tôdas estas evidências se reduzirão a palavras de pobre conteúdo humano e político, se não nos entendermos sobre os conceitos de que as palavras são meros instrumentos — digamos, se os conceitos que em palavras se exprimem continuarem, como figuras de um baile de máscaras, a apresentar-se e a exercer-se numa variedade e instabilidade, porventura fascinantes, mas tumultuárias, que lhes furta todo o sentido racional.

Nenhuma destas evidências é realmente evidente senão à luz de um conceito humano perfeitamente definido de “esquerda” e de “direita”, que desloque estas expressões da gíria política para a terminologia racional. Tal como atrabiliária e abusivamente se estão empregando, reduzem-se a meros guiões retóricos e flamantes de guerras frias: uns reservando para as “esquerdas” o exclusivo de um progressismo abstrato; outros reservando para as “direitas” o exclusivo de uma ordem imobilista que a veemência dos problemas contidos converte em desordem. A confusão é enorme; e dela, praticamente, não resultou ainda, senão, contra o progresso humano reclamado pelo esquerdismo e contra a ordem que o direito diz assegurar, o que estamos vendo e sentindo por esse mundo afora: o ódio feito alavanca mestra das reivindicações sociais, a violência impondo crenças e idéias, a liberdade cada vez mais reduzida e mais difícil nas sociedades humanas, quer dizer, o clima ideal para o exercício desenfreado dos interesses menos humanos, para a desintegração moral e social, para a hegemonia da Fôrça e das paixões sobre o Direito e a Razão. De algumas exceções que se topem, despercebe-se a cegueira universal.

Nesta confusão, por vèzes caótica, não poderemos ser inteligíveis (se é que a inteligibilidade alguma coisa pode contra designios interessados em comprometê-la), se não principiarmos por nos entender sobre os conceitos de “esquerda” e de “direita” — especialmente sobre o de “esquerda”, em volta do qual os desacertos são muito mais procurados e muito mais nocivos àquele verdadeiro esquerdismo do qual a humanidade espera o seu progresso.

Da substância que ocasionalmente tiveram estas expressões “esquerda” e “direita”, todos sabemos que pouco resta. No entanto, por mais deformante e abusivo que o seu emprêgo depois se tenha tornado, uma constante é de acentuar como insusceptível de corrupção ou de ultrapassagem. E é esta: são expressões que correspondem a duas posições mentais ou políticas *inseparáveis do conceito de liberdade e só conforme esse conceito explicáveis*, que definem uma graduação do poder pessoal *legítimo*. Um regime ou govêrno será de “direita” onde a um homem ou partido se confira uma soma de poderes executivos mais acentuados; será de “esquerda”, se sobre o exercício de tais poderes for mantido mais direto e extenso contrólé das massas e dos seus representantes. Que, depois, a substân-

cia destas expressões se tenha ampliado conforme a tendência conservadora dos regimes ou governos de "direita" e as tendências progressistas dos regimes ou governos de "esquerda", especialmente nos terrenos do social, nada altera quanto ao princípio destas posições serem inseparáveis do conceito de liberdade e só na liberdade explicáveis. Que assim é e que se assim não fôr, as posições perdem todo o sentido e toda a clareza, parece-me tão irrefutável como as evidências que a princípio enumerei.

Assim, quando em face de problemas de humanidade política e social, considero especialmente os de Portugal e me convenço de que é no sentido da "esquerda" que se traçará o caminho do progresso — excluo, evidentemente, dos sistemas sociais que poderiam seduzir-me, o comunismo, conforme as únicas formas de aplicação que tem conhecido no mundo em que vivemos. Realmente, pelo seu cunho essencialmente ditatorial, pela sua noção aristocrática de classe dominante, por que impondo, por vèzes violentamente, idéias e crenças suas, destrói os próprios fundamentos da Idéia e Crença, constituindo-se mais como antiideologia do que como ideologia — até pelo espírito e forma das suas táticas e estratégias políticas — o Comunismo é exemplo flagrante de uma concepção da extrema direita em que a Democracia deixa de ser democrática. Ou, então, essa divisão de "es-

querdas" e "direitas", sem raízes nem sentido, apenas serve a um jôgo de batoteiros da política.

A "esquerda", tal como racionalmente é concebível em boa filosofia democrática e em função das suas raízes políticas, a "esquerda" do verdadeiro progresso humano, tem atualmente a sua expressão mais nítida na ação e programas de alguns partidos social-democratas e democratas cristãos, no trabalhismo britânico e, de maneira mais concreta, humaníssima, nos regimes socialistas desses admiráveis países da Escandinávia. E só por absurdo, tão pouco explicável como tantos absurdos que nesta época resultam de superficialíssimas, mas emotivas propagandas verbais, especulando sobre as injustiças e misérias das massas e dementando-as — se pode entender o cego deslumbramento de tantos que, nas miragens de um socialismo falhado a Oriente, se despercebem do êxito de um socialismo verdadeiramente humano e verdadeiramente progressivo em espaços do Ocidente.

"Esquerda", "Direita" — aceitemos pois as expressões, uma vez que se tornou muito difícil a inteligibilidade sem elas. Mas não as corrompamos, invertendo ou deslocando as posições a que se referem.

Só assim, tem como evidentes as evidências que expus nos primeiros períodos deste arrazoado.

(De "O Estado de S. Paulo")



NOTICIÁRIO



Os assuntos "Crise universitária em Portugal" e "Greves em Espanha" dominam o noticiário das últimas semanas:

7 DE ABRIL — Agrava-se a crise. O Reitor da Universidade demite-se. Os estudantes prosseguem o luto académico. A polícia desfaz pela violência as manifestações estudantis.

10 DE ABRIL — Renunciam os diretores das Faculdades em solidariedade com o Reitor.

— A Revista "New Sweekez" anuncia que, como represália contra os Estados Unidos, o governo português estaria negociando um convenio comercial com Cuba.

— Circulos políticos chamados bem informados anunciam estar iminente um reajuste ministerial em Portugal.

— Os estudantes suspendem o luto académico contra garantias de agentes do governo no sentido de serem satisfeitas as suas reclamações.

13 DE ABRIL — A imprensa internacional noticia que o cap. Henrique Galvão será ouvido na ONU pela Comissão Especial dos Territórios de domínio português. As propagandas salazaristas e comunista desencadeiam campanhas no sen-

tido de evitar a audição do antigo Inspetor Superior do Ultramar Português.

17 DE ABRIL — Mais dois asilados na Embaixada do Brasil em Lisboa: o motorista Alfredo Martins e Maxmino Rosa Serra, irmão de Manuel Serra.

30 DE ABRIL — Os estudantes resolvem voltar às aulas e cessar o luto académico. Têm-se porém a impressão de que o conflito se mantém.

— Várias pessoas foram mortas em incidentes registrados entre forças do Exército e operários da região mineira de Aljustrel.

— Seguem para Angola em visita a convite do Governo português os senadores brasileiros Victorino Freire, Sebastião Archer e Sebastião Palmeira.

1 DE MAIO — Em manifestações realizadas por motivo do 1.º de Maio, são feridos pela polícia em Lisboa e no Porto 25 manifestantes, encontrando-se muitos hospitalizados.

3 DE MAIO — Uma noticia publicada pelo "Daily Herald" de Londres, diz estarem em cur-

so negociações pelas quais Salazar venderia Angola aos Estados Unidos e à Inglaterra, contra a garantia de não ser obrigado a libertar outras colônias e um auxílio equivalente às vantagens materiais de Angola.

11 DE MAIO — Alastra-se a paralização operária em Espanha. Os estudantes em Lisboa iniciam uma greve de fome.

— Verificam-se atentados terroristas em Goa contra o domínio de Nehru.

12 DE MAIO — Reacende-se mais vigorosa do que antes a greve dos estudantes universi-

tários portugueses. O Governo não cumpre as garantias prometidas. A polícia exerce violências.

15 DE MAIO — Circulos bem informados revelam que Franco convocou os mais altos prelados da Igreja para que esclarecessem a posição desta sobre as greves que deixaram milhares de trabalhadores inativos no país.

— Os estudantes em Lisboa regressam ao luto acadêmico.

— A Igreja em Espanha apoia os grevistas.

20 DE MAIO — A polícia prende em Coimbra 149 estudantes de ambos os sexos, os quais foram transferidos para Lisboa.

DESRESPEITO PELA IGREJA CATOLICA

Pe. JOSE' NARINO DE CAMPOS

Um dos lugares-comuns no Brasil e em Portugal, entre os que falam e escrevem de política portuguesa, é a acusação de que a Igreja Católica se mantém, há muitos anos, excessivamente ligada ao regime salazarista, apesar dos erros deste hoje por todos reconhecidos como contrários à dignidade do homem e aos ditames da moral cristã.

E' inegável que a Igreja se tem esforçado por conservar, durante a vigência do chamado Estado Novo ou Estado Corporativo, boas relações com o poder civil. O que havemos de perguntar, é se o regime político obedeceu, paralelamente, ao mesmo critério de respeito e contemporização, ante as exigências da doutrina da Igreja, a liberdade dos bispos e as reclamações de leigos católicos dotados de espírito combativo que se mostravam decepcionados com a atividade político-administrativa dos governantes.

A propósito do "Programa para a Democratização da República", emanado de um dos setores da oposição ao governo e publicado em 31 de outubro, o episcopado português enviou, dias depois, uma nota à imprensa, em que repelia a censura feita à Igreja de estar comprometida relativamente aos métodos de governação totalitária. "Colaborando com o poder público para o bem comum — diziam os bispos — (a Igreja) não assume, porém, nem a missão, nem as responsabilidades, nem os métodos, nem as obras deste". O Episcopado estabeleceu, em tal documento, uma direção doutrinária. Mas reafirmava encontrar-se no meio de duas barreiras de ataque, ambas falhas de objetividade: a dos que malsinam a Igreja por julgá-la serventuária da situação política, e a dos que a acusam de não interpor sua autoridade em favor daquela nas horas de crise.

O estado de espírito dos que lastimam que a Igreja não se coloque cegamente, como esperavam, à ilharga do regime é o que nos fornece a única explicação da estranha série de fatos que vamos, em seguida, apresentar.

O CASO DO BISPO DO PORTO

Em 3 de julho de 1958, o bispo da diocese do Porto, D. Antônio Ferreira Gomes, dirigiu uma carta ao chefe do governo, explicando as razões pelas quais não podia, em boa consciência, estar de acôrdo com o regime; é que alguns pressupostos, elevados à categoria de "dogmas", do estadonovismo, pareciam-lhe em contradição manifesta com qualquer filosofia ou sociologia católicas. Note-se que D. Antônio, já então, possuía, por antonomásia, o título de bispo-filósofo, consagrado unanimemente por sua inteligência e vasta cultura. Um ódio implacável desabou sobre a cabeça do talentoso bispo, que assim ousara enfrentar, dentro do país, o mito da harmonia intrínseca entre os fundamentos teóricos do salazarismo e a doutrina cristã. Escritores venais, postos a serviço da ditadura — sempre há de haver cegos conduzindo outros cegos... — esmeraram-se em insultos ao venerando antistite. Entre eles ficará de triste memória o dr. Manuel Anselmo de Castro, que se notabilizou pela ausência total de escrúpulos mascarada de intúitos moralizadores!

Todavia, não faltou quem erguesse a voz em prol do bispo ultrajado. Pode dizer-se que o clero da diocese do Porto (622 sacerdotes), na sua maior parte, e em geral todo o clero jovem do país e um número apreciável de sacerdotes idosos colocaram-se ostensivamente ao lado do bispo. Muitos padres do patriarcado de Lisboa, especialmente dos três seminários, assinaram documento elucidativo; no

silêncio dos claustros, houve um religioso da ordem dominicana que escreveu um livrinho cheio de humildade e sabedoria contra as fanfarronadas dos Manuel Anselmos; um sacerdote de Évora rasgou numa livraria da velha cidade transtagana o opúsculo *Direção Perigosa*, coleção de artigos publicados anteriormente no jornal "A Voz", em que era denegrada a pessoa de D. Antônio. Isto lhe conferiu a honra de, volvidas poucas horas, ser interpelado por um agente da PIDE, a famigerada polícia política, que parece ter ido expressamente de Lisboa para se inteirar da ocorrência.

Por fim, o abuso da autoridade civil tocou o extremo possível do agravo à independência do poder eclesiástico, não receando aquela impedir o bispo do Porto de regressar à sua diocese, após uma viagem ao estrangeiro. Na fronteira de Portugal com a Espanha, mais de uma vez lhe tem sido negado o direito de entrada!

Uma norma dos comunistas é dividir para dominar. O mesmo processo foi o que seguiu o governo de Lisboa quanto ao bispo do Porto, ao separar os católicos em dois grupos rivais, com a cooperação de homens influentes e fáceis de manejar, alguns deles filhos de famílias pobres, que se tornaram senhores de grandes fortunas nos bastidores do salazarismo. Só quando a Santa Sé marcou uma posição tácita, mas bem definida, mantendo D. Antônio com o título de bispo do Porto, ainda que para ali designasse um administrador apostólico, e nomeando-o membro de uma comissão preparatória do II Concílio do Vaticano, e dos estudos e seminários, o que incluía uma distinção não concedida a nenhum outro bispo português, é que alguns, afinal, repararam que a causa do bispo do Porto era também a causa da liberdade da Igreja e do seu apostolado junto das almas. Em grande ou pequena escala, mas era.

Há um episódio, ignorado do público, que demonstra bem a atitude benevolente da Santa Sé em relação à carta do bispo do Porto. Nos primeiros tempos depois de sua saída de Portugal, D. Antônio Ferreira Gomes foi visitado, em Roma, na casa onde se hospedara, situada fora do território do Vaticano, por monsenhor Tardini, que não receou quebrar deste modo uma praxe da Secretaria de Estado! Os poucos eclesiásticos que tiveram conhecimento disso ficaram, como é natural, fortemente impressionados.

Entretanto, o bispo do Porto continua desterrado, por onipotente insensatez de um líder político, numa cidade da Espanha.

O ESTADO E O ENSINO

Todos os bispos, teólogos e leigos instruídos lamentam, em Portugal, a falta de uma universidade católica. Enquanto num país não existir, a par do ensino oficial, ensino superior dependente

da Igreja, não se pode dizer que esse país tenha alcançado a plenitude ou a maioria dos povos cristãos. As tendências intelectuais revelam-se mais eficientes do que os programas de ação. Cada país será o que for a sua *Weltanschauung*, a sua filosofia da vida, do mundo e de Deus. A confirmação disto é o panorama atual da nação portuguesa, denominada estatisticamente católica. Quem se dê ao trabalho de acompanhar, durante alguns meses, aquilo que se publica em Portugal capaz de traduzir uma mentalidade — revistas literárias e científicas, romances, ensaios, poesia — ver-se-á surpreendido, pois debalde procurará descobrir uma corrente significativa do pensamento cristão. No máximo, deparamos com uma geração católica de poetas e pensadores dispersos, que andam hoje pelos 30 anos, e cuja voz se dilui como um pequeno rio no oceano.

Ao passo que as universidades católicas se multiplicam por todo o mundo, três décadas de Estado Novo Corporativo, que afirmam ter-se enfeudado à Igreja, ainda não conseguiram implantar uma universidade desse gênero, apesar dos votos e das tentativas do Episcopado.

A um observador estrangeiro, a Educação em Portugal parecerá uma exceção privilegiada, onde tudo está bem, porquanto nem sequer existe uma questão escolar digna deste nome entre o Estado e os católicos. Mas a imagem é ilusória. Essa questão assumiu proporções gigantescas no Brasil, na Bélgica, na Inglaterra, na África do Sul, na França, nos Estados Unidos, sempre a fim de conquistar ou não perder a satisfação de direitos que no doce clima português não alteram a paz dos cidadãos... porque se pôs simplesmente uma pedra sobre tais direitos!

"PROCESSO DOS 40 CATÓLICOS"

Uma diligência policial assás rumorosa, que se arrastou por 1959 e 1960, e a que a rádio de Moscou chamava, com humor, o "processo dos 40 católicos", teve origem em documento notável que a recompensa dos homens probos, de qualquer ideologia ou inclinação política, jamais poderá esquecer. Em março de 1959, foi entregue ao dr. Oliveira Salazar uma carta assinada por 45 individualidades católicas da maior idoneidade moral e intelectual (sacerdotes, arquitetos, advogados, estudantes universitários, escritores etc.), que, julgando interpretar o sentir da opinião pública, expunham o que classificaram de problema de consciência. Eis uma passagem da extensa missiva:

"Por outro lado, M. Supervielle, advogado na "Cour d'appel" de Paris, assistiu a um processo político em 1956, falou pessoalmente com várias vítimas e apresentou um longo relatório publicado no Boletim n.º 31 da "Association Internationale

des Juristes Democratiques". Poderá alegar-se que as tendências políticas desta associação a tornam suspeita, mas nunca se desmentiram os fatos concretos apontados, aliás com risco para as próprias testemunhas. Traduzimos, a título de exemplo, entre outros, casos citados: "Os métodos de perseguição variam com as secções da polícia política. O mais geralmente empregado no Pôrto, considerada uma das mais "vigorosas", consiste em obrigar ao exercício da *estátua*. O acusado tem de estar de pé até responder a perguntas colocadas diante dos olhos. O exercício prolonga-se sem qualquer tempo de sono por vários dias e várias noites, apenas com pequenas interrupções para tomar alimento. O menor desfalecimento é, naturalmente, reprimido com energia. O acusado Hernani Silva sofreu a *estátua* durante 7 dias e 7 noites consecutivas. Um outro, tuberculoso, foi torturado em Lisboa até ter vômitos de sangue que duraram treze horas e meia".

"Impõe-se a realização de um inquérito esclarecedor com inquiridores insuspeitos — que aos seus títulos legais juntem um mínimo de independência política — com ampla publicidade e divulgação na imprensa, com total garantia às vítimas e testemunhas de que seriam assistidas por advogados de sua escolha com liberdade de ação profissional, sujeitas a peritagem médica imparcial, e de que contra elas nunca seriam exercidas quaisquer represálias, além das que a lei prevê para os casos de falsos testemunhos".

Tudo nesta carta merecia, do presidente do Conselho, atenciosa delicadeza. A própria divulgação do documento devia interessar a um chefe político medianamente honesto, pois lhe fornecia uma ocasião impar de acabar com o que não passaria de boato, esclarecendo a verdade. Mas não; a parte sã do país teve de assistir, atônita, a uma reação desconcertante. O dr. Salazar não aceitava o diálogo que lhe ofereciam, e respondeu mandando instaurar um processo-crime contra os signatários! Um a um, foram estes chamados à PIDE, que parece tê-los tratado cerimoniosamente, e ficaram aguardando julgamento que, afinal, não se deu, porque o govêrno, que desejava tirar uma desforra, encontrou-se num beco sem saída. A melhor solução, para êle, foi decretar uma "anistia geral", em comemoração das festas centenárias do Infante D. Henrique, anistia que, feitas as contas, beneficiou os autores da carta e poucos mais...

Alguma coisa, porém, resultara de bom. A partir de então, o govêrno do dr. Salazar passaria a ser dividido em dois períodos diferentes: antes e depois dêste processo. Como se diz na fábula, o mérito da questão foi também duplo: levou aos signatários e ao povo a resposta mais eloqüente, embora a que êles não queriam ouvir, e demonstrou que o ódio da ditadura envolve no mesmo abraço todos os que não estejam de acôrdo com a sua "moral", sejam revolucionários cruéis ou cidadãos virtuosos — chamem-se católicos ou comunistas.

(De "O Estado de S. Paulo", de 13-5-962.)

A Nação e a Problemática Universal

(De Dr. Ives Gandra da Silva Martins,
Presidente do Movimento de Intelectuais
Democratas do Brasil)

Pela primeira vez, na história universal, o despertar de todos os povos para uma vida auto-determinada coincide com o choque de um mundo apenas, bi-partido e não pluri-dividido, como a história conheceu, em outras épocas; mas a auto-determinação não chega a partir os grilhões das duas filosofias conflitantes, razão pela qual, a falta de uma melhor finalidade estatal, é seu corolário inevitável a agregação a uma delas.

E' bem verdade que as duas filosofias políticas apresentam em ambos os mundos variantes, que pela inexistência de essência-ideológica ou pela incidência em determinadas áreas geográficas centro apenas de um dos mundos, como são os casos dos conceitos nacionalistas e naturalistas, não chegam, nem têm força para modificar a dimensão do problema, que se choca na luta até

dialética dos dois grandes grupos universais, os quais na arena da história, buscam a liderança mundial.

Em verdade, a radiografia das posições ocidental e oriental em se deixando a infinidade dos principios secundarios, que cada uma delas representa, poderia resumir-se em arvorar-se o ocidente no defensor da "liberdade individual" e oriente no introdutor da "igualdade social", conceitos básicos êstes, que entendem os orientais não se coadunarem e os ocidentais não atingirem o amágo daquele pelos orientais defendido.

Ora, dentro desta simples degladiacão teórica dos dois grandes conceitos, inquam os orientais de inexistência justiça social no Ocidente, sendo que a liberdade nada serve escravizando o homem a outro homem, e inquam os ocidentais

de que não há ente humano no Oriente, que mata a individualidade tornando-se o homem apenas uma peça coisificada dentro de uma monstruosa e inivora máquina estatal.

A nossa posição pessoal face à problemática apresentada é aquela que sempre defendemos desde à nossa vida acadêmica e mais recentemente na série de 12 artigos escritos especialmente para a revista "Homem de Negócios".

A história nos ensina que nem sempre são necessárias revoluções para adoção de novas idéias e teses, mas que até seria desejável e, sempre que aconteceu, mais autêntica, a evolução até fórmulas novas, num primado do triunfo real de idéias sobre as forças e paixões políticas.

Assim sendo, somos daqueles que acreditam na evolução, sem revolução, no equacionamento natural dos problemas pelas soluções próprias e objetivas, e não fáceis e provisórias, na busca corajosa de enquadramento das falhas existentes, pelo reconhecimento das mesmas e o esforço sincero em eliminá-las, enfim no domínio do intelecto sobre a matéria, da idéia sobre o ato, da verdade sobre a força.

Somos contrários às correntes extremistas existentes no país, seja de direita, por fórmula histórico-política já ultrapassada, seja de esquerda, por oposta à própria essência da individualidade humana e às nossas tradições autênticas.

O duelo dialético, enquanto pôsto nestes limites, repudiamos por não corresponder a essência da atual problemática universal e por colocar em choque correntes ultrapassadas com correntes negativas à real densidade do homem, enquanto homem.

Somos, entretanto, favoráveis a aceitar o problema pôsto em termos evolutivos tais que simplifiquem o debate mundial, isto é, aceitando as conquistas sociais orientais, hoje já em vigor e com mais autenticidade em países como a Suécia, Noruega e outros, e cujo enunciado é ocidental e anteriormente cristão, ao lado do primado individualista, que pressupõe a liberdade de pensamento, como fundamento de qualquer conquista político-social.

Assim sendo, reconhecemos certas falhas inerentes ao regime e cuja origem justificou-se no século XIX, quando do predomínio do sistema capitalista, mas exatamente por sermos favoráveis à evolução natural e lógica é que acreditamos que estas falhas possam ser corrigidas dentro do próprio sistema ocidental e democrático.

A liberdade individual pode coexistir com a justiça social, sendo até esta uma consequência atual e desejada, na evolução sempre mais polida da espécie humana. Assim sendo, não podemos aceitar o primado oriental do sacrifício da primeira para obtenção da segunda, pois que trazendo com germen a sua própria auto-destruição, no mundo em que vivemos.

Não somos contrários às conquistas orientais, cujo valor reconhecemos, mas discordamos dos sacrifícios inúteis que no altar de suas realizações se fazem, já que uma maior justiça social aplicada, hoje aceita doutrinária e politicamente em países deste ponto do globo, pode e deve conviver com a liberdade inerente à própria essência do homem, enquanto homem, e não peça estereotipada.

Recortes da Imprensa Internacional

W. LANGUE (Extraído da «FSP»)

BONN, maio — No ano de 1956, um jovem homem da Somália viajava para a Grã-Bretanha. Esse homem odiava a Inglaterra, porque era a "potência colonial" que dominava seu país, mas acreditava que ali era onde melhor podia adquirir os conhecimentos de que necessitava para o futuro político da sua pátria. Estudou línguas no "Westminster College" e não ocultou nunca sua simpatia pelo comunismo.

Na livre Inglaterra, isso não aborrecia ninguém, mas a organização do Partido Comunista, naturalmente, soube do caso e procurou conquistar o jovem. Em 1959, inscreveu-se como membro e não tardou a ver-se o estudante africano em rela-

ções com diplomatas do bloco do Leste, por intermédio do secretário do partido. Dali a pouco tempo, encontrou no bolso uma bolsa válida para a Universidade tchecoslovaca que, desde 17 de novembro, ao que parece, foi destinada unicamente aos estudantes dos novos Estados da África e da Ásia. E lá se foi para Praga.

A sua permanência ali começou com uma surpresa. A "Universidade" não tinha mais do que seis salas. Aulas, professores e cursos, não havia. O "reitor", Martinec Marislav, e o seu "ajudante" Rudka revelaram-se como funcionários da Polícia do Estado e os demais membros do "claustro de professores" como elementos de ligação e confiden-

tes. O estudante da Somália viu com desilusão que aquela pseudo-universidade não pretendia mais do que dar a impressão de um interesse especial na reconstrução dos jovens Estados. Mas, como convicto marxista-leninista, fêz frente ao mau tempo. Finalmente, sabia que um comunista não tinha opinião pessoal. E mais: tinha de submeter sua consciência à disciplina do partido, se o partido exigisse esse sacrifício.

E o partido assim o exigia. O estudante foi, como membro de "delegações de estudantes africanos na Tchecoslováquia", a congressos estudantis "internacionais" (naturalmente comunistas), assinou resoluções de gratidão pela compreensão do partido da potência de operários e camponeses e louvaminhou, como se exigia d'ele, a desinteressada e fraternal ajuda dos países socialistas que punham à disposição das nações jovens uma universidade própria. Finalmente, tinha-se-lhe dado um lugar para estudos numa verdadeira universidade onde pôde seguir cursos de língua tcheca e economia nacional. Que lhe importava que todos os certificados e diplomas se exhibissem com o nome de "Universidade do 17 de Setembro"?

Tudo isto não bastava, todavia, para o bom comunista. Diante d'ele, flutuava a idéia de uma "república popular" comunista da Somália, e os seus estudos faziam-se exclusivamente para colaborar na sua organização como a única e legítima representante do comunismo, êle estava convencido de que começava a cometer-se um grave êrro. Para êle, essa Liga era mera associação tribal, cujos membros ninguém podia reconhecer como verdadeiros marxistas-leninistas. Foi a Moscou e protestou. Em Moscou, prometeram-lhe examinar detidamente a questão.

O exame fêz-se, mas noutra sentido. O jovem estudante, como muitos outros antes d'ele, não conseguiu compreender ainda que com o seu protesto cometeu pecado mortal do comunismo; pensar por sua conta, em lugar de dar provas da disciplina exigida pelo partido, de submissão às resoluções do Comitê Central e de solidariedade com o "campo socialista", isto é, da renúncia a um comportamento humano exigido pelo próprio Stálin, tal como Kruschév. A partir d'esse momento, a vida tornou-se-lhe amarga. Era vigiado. Para tôda a parte, homens o acompanhavam dissimuladamente. Succediam-se as "conversas amistosas", aquêle "paciente trabalho de persuasão" realizado pelos bonzos fanáticos. Representantes da organização somali, repudiada por êle, apresentaram-se-lhe para lhe pedir que espiasse os seus amigos. E, por fim, no dia 17 de novembro de 1961, tiraram-lhe a bolsa, foi expulso da universidade e foi-lhe comunicado que tinha de abandonar a Tchecoslováquia.

Sem dinheiro e sem alojamento (nenhum hotel devia acolhê-lo, nem aos outros companheiros de infortúnio), viu-se à mercê da ajuda da embaixada italiana. Com grandes contratempos, chegou à República Federal da Alemanha.

O jovem estudante da Somália viu que em nada se vê melhor o valor de uma idéia do que nos meios para a sua realização. O Ocidente, fiel aos seus próprios ideais, fêz valer o direito de autodeterminação, até mesmo onde fôsse em seu prejuízo, e deu às suas possessões do ultramar a independência quando lha pediram. Em contrapartida, o comunismo internacional, que nunca fugiu a sufocar sangrentamente a ânsia de liberdade dos povos por êle subjugados, não se cansa de apresentar-se como protetor da liberdade das jovens nações da Ásia e da África. Em nome da justiça, é preciso não esquecer que as potências ocidentais deram a liberdade a territórios enormes, ao mesmo tempo que a União Soviética submetia enormes territórios. Como potência colonial de novo estilo, a União Soviética domina com os seus lugares-tenentes comunistas um império gigantesco, e quem uma vez pertence a êsse império perdeu para sempre a esperança de conseguir um dia, na mesa das negociações, o seu direito de autodeterminação. Ao fatigado domínio colonial do século XIX sucedeu um neocolonialismo mais ativo e mais brutal. Quem chega a conhecê-lo, como o estudante somali Ismail Mahdi, presta um serviço não só à sua própria pátria, mas também à causa da liberdade do mundo.

(De "A Folha de São Paulo")

AGITAÇÕES EM PORTUGAL, HABIL MANOBRAS COMUNISTAS

LISBOA, 14 — Frank H. Bartholomeu — O pequeno Portugal, forte e solvente, com uma das divisas mais solidas da Europa, encontra-se hoje na defensiva ante uma habil manobra comunista, como nunca antes em sua história.

O movimento subterrâneo comunista procura incitar e dirigir a crescente intranquilidade existente entre os genuínos liberais, causada pela invasão e anexação pela Índia da antiga colônia portuguesa de Goa, pelos problemas atuais de Angola e pela avançada idade do primeiro-ministro Antônio de Oliveira Salazar. Todos êsses fatores deram origem a uma forte pressão política. Os verdadeiros comunistas parecem constituir uma quase microscópica minoria, porém muitos portugueses responsáveis, dentro e fora do governo, acreditam que aqueles estão atuando dentro de uma linha cheia de perigos para o regime.

Alguém diz que os comunistas procuram promover uma série de incidentes principalmente ao

longo da fronteira espanhola, com o propósito fundamental de alarmar o generalíssimo Franco, fazendo-lhe acreditar que pode ter pela frente com flanco diretamente exposto ante uma nação comunista, se não intervier. "No dia em que o general Franco enviar tropas espanholas ao território de Portugal para "tranquilizar" qualquer situação, encontrará uma nação solidificada que foi levada aos braços do comunismo" — disse um conservador responsável a este correspondente. "A grande esperança é que o general Franco, homem realista, e o dr. António de Oliveira Salazar, o primeiro lusitano que sobreviveu a muitas manobras comunistas, compreendam esses fatos e não se deixem envolver" — acrescentou. A suposta estratégia dos vermelhos, elaborada com o objetivo de criar complicações internacionais, parece basear-se na teoria de que, ainda quando os perigos poderiam ser totalmente claros para os dirigentes de ambas as nações, também poderão ser criadas condições propícias a esse fim, inteiramente incontroláveis".

O PÓRTO ADERE

PÓRTO, 14 (AFP) — Os estudantes da Universidade do Pôrto decidiram hoje aderir a seus colegas de Lisboa e Coimbra, durante uma reunião celebrada na Faculdade de Ciências. Desde cedo se iniciara o duelo acadêmico e a greve dos estudantes se tornará efetiva inclusive com a negativa de fazer os exames. Por outro lado, os estudantes marcaram uma nova reunião para o dia 24 do corrente com o fim de examinar o eventual desenvolvimento da situação até essa data. Os universitários do Pôrto organizaram para depois de amanhã, dia 16, uma "Marcha do Silêncio" através das ruas do Pôrto. Ao terminar a reunião, foi dirigida ao ministro do Interior uma mensagem de protesto.

EM LISBOA

— Em Lisboa, o conflito entre os estudantes e o governo não apresentava nenhuma modificação nas últimas horas da tarde de hoje. Contudo, quase todos os estudantes que foram detidos sábado último pela Polícia ao evacuarem a cantina universitária, onde alguns deles faziam uma greve da fome, foram postos em liberdade, segundo comunicou a Polícia. Não obstante, segundo a mesma fonte, seis universitários permanecem encarcerados e deverão comparecer ante os tribunais.

HOLDEN ROBERTO E' ACUSADO PELOS REBELDES DE ANGOLA

(Do "New York Buletin")

Por falta de espaço só podemos transcrever hoje uma pequena passagem da conferência de

imprensa realizada em Leopoldville, Congo, pelo "comandante do Estado-Maior do Exército de Libertação" Marcos Kassanga, publicado no "Diário da Manhã", de Lisboa, em 15 do corrente. Eis o que diz Marcos Kassanga:

"...Holden conseguiu enganar vários países que apoiam a sua luta fratricida, apresentando-se como líder angolano. Em verdade ele não é angolano. Nunca esteve em Angola, não fala o português — a língua mais divulgada no país que ele aspira governar. Por consequência, ele aproveitase de Angola, enganando a opinião pública internacional à qual se apresenta com um fantástico nível de vida; eis o aventureiro, o bandido Nós sabemos que a República da Tunísia e o seu presidente, Sr. Bourguiba, ajudam de uma maneira desinteressada o povo angolano, na sua luta contra o colonialismo português, fornecendo-lhe gratuitamente, material de guerra. Entretanto, Holden, a fim de demonstrar que o fornecimento deste material tunisino tinha sido pago por ele por milhões de francos, apresentou falsos documentos, que estão em poder do Estado-Maior. Apêlos de contribuição financeira dirigidos ao povo angolano e aos países estrangeiros multiplicaram-se a fim de prover ao pagamento destas pretendidas despesas e de outras compras de armamento, quando na realidade as contribuições iam para os cofres pessoais de Holden".

COMENTARIO DO DIA

(Do "Diário de Notícias" de New Bedford)

Quem é o culpado de haver hoje uma ditadura comunista em Cuba? Poderão invocar inúmeras causas, mas não será desacerto dizer que Batista, o corrupto ditador que o precedeu — e que agora goza os milhões acumulados, conspurcando, com a sua presença, o sol e a terra da nossa Ilha da Madeira — foi um dos principais causadores.

E' dos livros que não há efeito sem causa. Tudo neste mundo tem uma causa, e o alastramento do comunismo, a ideologia que o Ocidente está interessado em combater, tem muitas vezes sido semeada inconscientemente por aqueles que dizem combatê-lo.

E' sabido que todos os governos de opressão e de censura, geram comunismo. Não são apenas as condições econômicas que produzem comunistas, mas as políticas também. Quando num país a discussão não é livre, ao instinto humano de reforma e mudança resta apenas um recurso: a clandestinidade. Impossibilitados de se organizarem à luz do dia, de discutirem os problemas que a todos dizem respeito, coarctados nas idéias, coagidos nas acções e nas liberdades e direitos humanos — base fundamental das nações do Ocidente —

perdidas tôdas as esperanças de acção política, muitos, na sua revolta, tomam pelo caminho negro do comunismo.

E quem é o culpado disto? Quem é o responsável por êste fermentar subversivo?

As últimas manifestações em Portugal, foram provocadas pelos comunistas. Confirmam-no os próprios democratas da Oposição. Todavia, continua a não haver diferença de tratamento. Os democratas, os republicanos, os próprios monárquicos são todos tratados como se comunistas fôsem. Êstes grupos de cidadãos responsáveis, com cujas idéias políticas podemos ou não concordar, recebem o mesmo tratamento dos comunistas, não obstante as suas fileiras serem formadas com os principais valores da cultura, do intelecto, das artes e das ciências de Portugal. Isto é mau. Isto é errôneo. Isto é um processo que só pode levar ao desespero de muitos desses valores, atirando-os para a extrema esquerda, onde militam os inimigos da nação e do Ocidente.

A gente nova, em Portugal e Espanha, quer reformas, quer participar ativamente na vida política dos seus países. E depois, no presente estádio da integração européia, Portugal e Espanha não podem ficar de fora. E os países democráticos da Europa não os aceitarão no seu seio, enquanto não mudarem de sistema. Está em jôgo o futuro de Portugal e há que arrear caminho enquanto é tempo. Do contrário, os comunistas serão os futuros herdeiros de Portugal.

O surto industrial e o progresso de tôda a ordem verificados na Itália do após guerra, é um facto admirável. A Itália saiu da guerra, como tôda a gente sabe, escalabrada e a pedir esmola. Depois de uma era de comícios de propaganda, de continências de mão estendida ao *Duce* e de obras de fachada, o povo havia-se quase resignado a

aceitar a vontade "inspirada" do maníaco que, como todos os fascistas, se supunha destinado pelos fados a altos e importantes cometimentos.

O pior de todos êstes ditadorsecos de algibeira, é que ficam de tal modo embriagados, auto-hipnotizados com o poder que momentaneamente conquistaram pela força, pela repressão e pela crueldade, que se julgam seres diferentes do resto da (para êles) escumalha.

Veja-se, porém, o que sucedeu naquele país, depois que saiu da guerra completamente de tanga. Enforcado Mussolini como animal de engorda — um Mussolini medroso, aterrorizado, prometendo tudo para que lhe poupassem a vida, esquecidas as medalhas e aquêlê olhar de águia que êle atribuía a inspiração sobrenatural — o povo italiano arre-mangou-se e atirou-se à tarefa de construir a sua república democrática. O *Duce* havia deitado o seu olhar de lince até às terras de Salassié, disposto a estender o seu "império" até ao continente negro. Os italianos provaram, no entanto, que o maior tesouro duma nação reside no gênio do seu povo e não nas terras que domina.

A Suíça, alcandorada nas suas serranias, dá lições ao Mundo, de trabalho e de fé no seu próprio destino. Os holandeses roubam a terra ao mar, mas só raramente emigram para o estrangeiro.

Entretanto... milhares de portugueses tomam todos os dias o caminho da estranja — a maioria para não mais voltar. Não obstante, possui Portugal maior área geográfica do que tôda a Europa Ocidental. Por isso, é tempo de perguntarmos a nós próprios — à nossa consciência — em que têm contribuído tôdas essas riquezas, para o progresso dos portugueses — com excepção do progresso daquela meia dúzia afortunada, que anda agora pela Metrópole afrontando com os seus "espadas" americanos, a pobreza da maioria dos portugueses?!

"Antologia Antitotalitaria"

"... o que decide, do nosso ponto de vista republicano, a admissão ou não do comunismo numa frente demo-liberal... é a verdade doutrinal e histórica de que os comunistas, **quanto mais honradamente, mais sinceramente, de melhor boa fé, defenderem o seu ideal, menos podem garantir-nos de que respeitarão todas as nossas liberdades se, por uma peripécia política ou**

uma maioria contingente, tiverem influência decisiva no poder. Nestas condições, pedir-lhes colaboração para a definitiva e perdurável instauração de um regime democrático, é pedir-lhes ingenuamente que se atraíam; ou expormo-nos, estupidamente, a que nos atraíam eles".

(De D. José Maria de Semprun Gurrea, "Ibérica", de 15 de abril de 1962).

ANTOLOGIA ANTITOTALITARIA

(Continuação)

“Para um comunista e um não comunista, a entrada em uma frente única implica em objetivos inteiramente diversos. O não comunista veria nisso uma missão a cumprir: defender um negro preso, alimentar crianças chinesas, organizar sindicatos operários, patrocinar a independência colonial, ajudar uma nação em dificuldades, ganhar uma guerra. Para cumprir determinada missão une-se a todos, inclusive a comunistas, que pretendam agir no mesmo sentido (.....) O raciocínio do comunista é outro. Ele pode ou não estar interessado pelo objetivo declaradamente proposto pela frente comum, como também ser-lhe indiferente ou não desejar atingi-lo. Interessa-lhe atingir o monopólio do poder comunista. Para o comunismo, aderir a uma frente comum implica em aproveitar de uma ocasião própria para enfraquecer os seus componentes, indivíduos ou organizações, e destruir a sua influência política. O objetivo que dera

origem à constituição da frente comum torna-se pretexto ou armadilha.

“Qualquer que seja o objetivo, a entrada numa frente comum sempre é desfavorável aos não comunistas; pode-se dizer que não há exceções a essa lei da política moderna (.....) Para os comunistas, a **única fórmula admissível de unidade é o domínio absoluto pelos comunistas.**

“Se é possível entender-se com o comunismo capitulando diante dele.

“Muitos bons cidadãos não compreendem que os comunistas que se associam às suas atividades — sem perceber que isso significa entrar nas atividades deles, logo numa frente comum — não desejam resolver os problemas, mas ao contrário torná-los insolúveis.

“Partindo de uma ideologia não nacionalista, o comunismo adapta-se em seguida às preocupações nacionais do momento, conseguindo absorver o seu dinamismo e utilizá-las em proveito dos seus próprios fins”.

(De JAMES BURNHAM em “Pour la Domination” pp 103 e 105).

DILEMA DA DEMOCRACIA

(Por Leonildo Tabosa Pessoa)

Alguns fatos recentemente ocorridos na América Latina, como as medidas dos militares argentinos contra os peronistas e a proibição das atividades do Partido Comunista e do Movimento da Esquerda Revolucionária, na Venezuela, puseram na ordem do dia um problema extremamente delicado com o qual se debatem os regimes políticos do Ocidente, suscitando mais uma vez a questão de se saber até que ponto a democracia pode ou deve, para subsistir, lançar mão de processos antidemocráticos. O problema reveste-se de aspectos de extrema delicadeza, sobretudo porque, como observa Karl Popper, os modernos defensores do totalitarismo obtiveram um êxito em vão desejado por todos os seus predecessores, ao conseguirem dar um aspecto popular à sua luta contra a liberdade (1).

Nos tempos modernos, com o colapso da social-democracia europeia perante o avanço do nazi-fascismo, as forças do totalitarismo conseguiram arregimentar em suas fileiras a juventude de numerosos países da Europa e das Américas, que facilmente se deixou empolgar pelos momentâneos triunfos e pela pregação de Hitler e Mussolini. Com a queda de Berlim e de Roma, essa mesma juventude, ou os continuadores de sua inexperiência, desta vez sob a orientação de espertos demagogos, transferiu para Moscou o alvo

de seu entusiasmo e de sua adoração. Em um caso como em outro, os jovens, precisamente enquanto defendiam com palavras os ideais democráticos, puseram-se de corpo e alma a serviço do totalitarismo e em defesa de todos os seus interesses.

Até há pouco essa defesa foi feita de modo mais ou menos encoberto e, mesmo quando tentavam a todo custo justificar as ações do imperialismo soviético no exterior, os representantes dessa juventude procuravam ocultar o unilateralismo e a insinceridade de sua posição fazendo questão de referir-se aos países satélites de Moscou como a “democracias populares”. Nos últimos tempos, porém, sobretudo depois que Fidel Castro, uma vez conquistado o poder com repetidas promessas de democratização de seu país, traiu a revolução de Sierra Maestra e se considerou suficientemente forte para hostilizar abertamente a democracia representativa, o problema mudou de aspecto. Hoje, a defesa do totalitarismo é feita de modo muito mais aberto e a juventude que se autoproclama “progressista” já não se preocupa em fazer segredo de seu grande desprezo pela democracia representativa. Um exemplo disso pode ser encontrado em um recente editorial de um órgão católico-comunista, preci-

samente sobre as origens da crise argentina, no qual se hostiliza a democracia representativa fazendo alusão a "formulas de exercicio da vontade popular altamente duvidosas". Seria superfluo acrescentar que o citado órgão considera isenta de qualquer duvida a representação "popular" do governo de Fidel Castro e das "democracias populares" do leste europeu.

UMA AMEAÇA A DEMOCRACIA

E' evidente que a crescente expansão de elementos dominados por tal estado de espirito representa uma constante e real ameaça para as democracias ocidentais, dentro de cujos limites geograficos vivem eles e contra cujas instituições pregam e agem, por considerarem seus sistemas politicos visceralmente viciados por "formulas de exercicio da vontade popular altamente duvidosas". E' contra essa ameaça que se dirigem medidas como as adotadas na Argentina e na Venezuela, às quais fizemos alusão.

No caso argentino, ninguém poderia honestamente justificar a atitude dos militares, que admitiram a participação dos peronistas no pleito de 18 de março para depois recusar-se a aceitar o resultado das urnas. Desde que aceitaram a inclusão dos candidatos do peronismo nas listas eleitorais, aos militares não restava senão ter bastantes coragem e coerencia para aceitar as consequencias desse primeiro passo. Se tal passo foi dado com a prévia intenção de ser considerado valido apenas no caso de uma derrota dos peronistas, já não se pode fugir à conclusão de que o unico criterio eleitoral realmente valido era a vontade militar e de que o comparecimento do povo às urnas representou, na melhor das hipoteses, uma incomoda e grotesca farsa.

Ainda quando os militares argentinos fossem movidos pelos mais sinceros sentimentos democraticos e a vitoria peronista representasse realmente o perigo de uma volta do país ao totalitarismo, haveria para as Forças Armadas, dentro dos limites da coerencia e da honestidade, apenas um caminho: o de intensificar sua vigilancia, deixando para passar à ação, porém, apenas quando a ditadura se tornasse um fato consumado. Haveria, sem dúvida, o perigo de que então fosse já demasiado tarde para uma ação desse genero, principalmente porque qualquer pretendente ao trono ditatorial teria a prudencia de efetuar uma remodelação dos quadros militares, adaptando-os a seus planos. Tais inconvenientes seriam, porém, o preço da tolerancia perante a participação do peronismo nas eleições.

Por outro lado, os militares argentinos tornam-se dignos dessas criticas não tanto pela posição que mantiveram perante os peronistas,

quanto pela altura dos acontecimentos em que agiram. Sua culpa está essencialmente na suprema deslealdade de alterar as regras depois de efetuado o jogo, ou seja, em recusar-se a aceitar os resultados de um pleito com cujas condições de realização implicitamente concordaram.

Esse aspecto da questão não foi levado em conta pelos "progressistas" que se insurgiram contra a atitude dos militares argentinos, por uma razão por demais evidente. Com um tino politico ditado pelo mais agudo oportunismo, os peronistas canalizaram para si a simpatia dos seguidores da ideologia em moda, proclamando-se representantes da esquerda argentina — como ter-se-iam proclamado representantes da direita se o nazi-fascismo estivesse ainda no auge de sua gloria — e adotando uma posição "nem contra os fidelistas nem contra os comunistas". Tal fato teve a vantagem de demonstrar mais uma vez quanto estão proximos os extremismos da direita e da esquerda, mas sobretudo, sob o ponto de vista dos interesses peronistas, de arregimentar em defesa do peronismo os individuos e os órgãos de imprensa destituídos da possibilidade de tomar qualquer atitude contra o comunismo.

Os seguidores da ideologia em moda levantaram-se contra os militares argentinos não pelo que sua ação representou de ditatorial, mas pelo que representou de obstaculo à implantação, ainda que remota, de uma ditadura de esquerda em Buenos Aires. Contudo, a atitude das Forças Armadas platinas teria sido compreensivel, e até mesmo justificavel, se, em vez de rejeitar os resultados de uma eleição com a qual concordaram, os militares tivessem antecipadamente impedido a participação dos peronistas no pleito.

A DEMOCRACIA COMO DEFESA DA LIBERDADE

Ninguém poderia negar que, rigorosamente, tal atitude seria antidemocratica e de nenhum modo poderia ser justificada por quem aceitasse a definição usual de democracia, isto é, por quem entendesse como a expressão da vontade da maioria. O mesmo poderia ser dito da proibição das atividades do Partido Comunista e do Movimento da Esquerda Revolucionária, na Venezuela. Desde que um grupo conseguisse obter o apoio da maioria da população de um país, dever-lhe-ia ser aberta a estrada do poder, independentemente de se chamar ele peronismo, comunismo ou esquerdismo revolucionário.

Contudo, nem mesmo assim estaria rigorosamente salvaguardada a democracia, uma vez que numerosos outros setores da população do país em questão poderiam estar contra a ascensão dos grupos eleitoralmente vitoriosos ao poder. Nessas circunstancias, para que se pudesse falar real-

mente de democracia, seria necessário imaginar a situação utópica e irreal em que todos os habitantes de um determinado país, sem a exceção de nem sequer uma só pessoa, concordassem com determinada solução para seus problemas político-administrativos. Tais considerações põem em evidência as limitações do conceito de democracia e sua impossibilidade de realização total. Essas limitações tornar-se-iam ainda mais evidentes se se quisesse entender a democracia em seu sentido nominal, isto é, como governo do povo, já que dificilmente o povo concorda integralmente com todas as atitudes do governo que levou ao poder.

Embora o aperfeiçoamento dos métodos democráticos deva representar o objetivo de qualquer governo, a democracia perfeita jamais poderá existir em uma sociedade de homens essencialmente imperfeitos. Não obstante, nada impede nem dispensa os responsáveis pelo destino político dos povos de procurar livrar cada vez mais a democracia das imperfeições e das limitações implícitas na própria formulação de seu conceito. Para isso, contudo, deve-se partir precisamente da formulação de um novo conceito de democracia.

O regime democrático deve ser entendido não como um regime caracterizado pelo governo da maioria nem como um governo do povo — tanto mais quando a palavra “povo” é hoje tão abusivamente usada por regimes que se intitulam “populares” — mas como um regime que se opõe à tirania, ou, em outras palavras, um regime que garanta os direitos dos governados contra o abuso do poder por parte dos governantes.

Os apóstolos do totalitarismo responderiam a essa afirmação com a declaração, que costumam fazer a cada dia, de que nada significa a liberdade para as populações que passam fome, mas tal “slogan” antidemocrático está longe de poder provar que uma coisa supõe a outra e que a sociedade deve necessariamente custar o preço da liberdade. O já citado Karl Popper afirma que “uma constituição democrática consistente excluiria apenas um tipo de mudança no sistema legal, a saber, uma mudança que pudesse colocar em perigo seu caráter democrático” e, ao lado dos países que sacrificaram a liberdade de seus cidadãos sem amenizar sua fome, há o exemplo dos que lhes asseguraram o bem-estar dentro da liberdade.

O DILEMA DA DEMOCRACIA

Dentro desse conceito, tornam-se justificáveis as medidas que deveriam ter sido adotadas na Argentina contra os peronistas, antes das eleições, e que foram adotadas na Venezuela contra

o Partido Comunista e o Movimento da Esquerda Revolucionária. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de métodos que não são rigorosamente democráticos, uma vez que restringem a liberdade de ação de determinados grupos políticos. Pelo contrário, são, neste sentido, positivamente antidemocráticos. Apesar de tudo, representam uma necessidade vital para a democracia.

Com efeito, trata-se de impedir que tenham completa liberdade de ação aqueles que não hesitariam, uma vez conquistado o poder, em sacrificar as liberdades democráticas em benefício da implantação do totalitarismo: “Numa democracia, a ampla proteção às minorias não deve estender-se aos que violam a lei, nem, especialmente, aos que incitam os demais à derubada violenta da democracia”. Ainda mais: “A defesa da democracia deve consistir em tornar as experiências antidemocráticas demasiado custosas para os que as tentarem; muito mais custosas do que uma transigência democrática...”

Por mais lamentável que seja tal situação, nenhum sentido teria, sob o pretexto de se respeitar a democracia, permitir a destruí-la. A defesa desse princípio corre o perigo de ser explorada por ditadores direitistas que acusem de propósitos esquerdistas antidemocráticos grupos realmente democráticos, para mais facilmente garantirem seu próprio poder. Contudo tal fato vem apenas demonstrar as limitações a que a democracia está necessariamente sujeita enquanto tiver por campo de ação uma sociedade de homens essencialmente imperfeitos. Cabe à consciência democrática vigiar para que tais abusos não aconteçam.

Em todo o caso, esse perigo não destrói a veracidade da tese que procuramos expor. Pelas próprias condições em que vivemos, temos de escolher entre uma democracia imperfeita, que nega aos grupos de tendências totalitárias o exercício total dos direitos políticos, ou a posterior total destruição da democracia. Entre os dois termos, cremos não haver motivo para dificuldades de escolha, uma vez que a democracia, ainda que imperfeita e limitada, é infinitamente superior ao não-ser.

1) “O totalitarismo moderno é apenas um episódio da perene revolta contra a liberdade e a razão. Distingue-se dos episódios mais antigos não tanto por sua ideologia como pelo fato de que seus líderes conseguiram realizar um dos mais audaciosos sonhos de seus predecessores: fizeram da revolta contra a liberdade um movimento popular” — Karl R. Popper.

(Do “Estado de S. Paulo”)

ESCRAVOS NA INDIA

B. K. TIWARI

NOVA DELI, maio — Na Índia, ainda existe a escravidão. Constitucionalmente, foi declarada ilegal em 1950; há duas semanas, foi abolida por lei; mas, na prática, continua.

O baluarte do remanescente da escravatura está na província de Nefa, na região nordeste do país. A importância de seus habitantes se determinava antigamente pelo número de escravos que possuíam.

Havia em Nefa 5.500 escravos em 1961, segundo estatísticas oficiais. Em março de 1962, o governo conseguira libertar 2.300 por meio da persuasão ou da educação e até comprando sua liberdade mediante pagamento ao proprietário de um máximo de 500 rupias (100 dólares) por cabeça.

A escravidão naquela província é um ressaibo de tempos em que eram comuns as vinganças entre aldeias e tribos: os vencidos se convertiam em escravos dos vencedores. Outros se escravizavam por motivos econômicos, quando não podiam pagar determinada dívida.

PAIS E FILHOS

Uma vez reduzido um individuo à escravidão, era difícil recuperar a liberdade. Os filhos nasciam escravos porque seus pais o eram.

Os proprietários não acorrentavam seus escravos. Pelo contrário, na maioria dos casos os tratavam bem. Em outros, chegava-se a considerá-los como parte da família. Não podiam, porém, ir à casa sem permissão dos patrões.

O proprietário de um escravo podia cedê-lo a um amigo como presente, ou entregá-lo como dote de sua filha. O escravo tinha um direito: a inviolabilidade de sua mulher e de sua filha. Se um proprietário abusasse dessa regra, pagava muito caro pela imprudência.

O governo britânico procurou erradicar a escravatura em Nefa, mas fracassou nesse intento, apesar de repetidas demonstrações de força. Quando a Índia se tornou independente, o "mahatma" Gandhi pediu ao governo que abolisse a escravatura em todo o país.

O primeiro-ministro Jawaharlal Nehru disse a 30 de abril último, perante o Parlamento, que era impossível condenar os proprietários de escravos, porque para eles a escravatura não é um crime e sim um costume de séculos. (UPI)

LIVROS RECOMENDÁVEIS PERSEGUIDOS EM PORTUGAL

Álvaro Lins: MISSÃO EM PORTUGAL. Um libelo irresponsável, na prosa de um grande escritor e democrata brasileiro.

Maria Archer: ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS. Um documentário da Justiça no regimen de Salazar.

Tomaz Ribeiro Colaço: A HEDIONDEZ COLONIALISTA DE PORTUGAL. Pontos de vista de um patriota anti-totalitário e grande escritor.

Aquilino Ribeiro: "QUANDO OS LOBOS UIVAM". A mais expressiva tela do povo português sob o regimen salazariano, pelo mais ilustre prosador da língua portuguesa.

Henrique Galvão: MINHA CRUZADA PRÓ-PORTUGAL: SANTA MARIA (Em edições brasileira, norte-americana, inglesa, japonesa, sueca e francesa). Um livro perseguido em Portugal e boicotado no Brasil pelos influentes salazaristas. A legitimidade da Operação Dulcinéia perante a ilegitimidade de um regimen totalitário.

GRADES SERRADAS: Sátiras políticas.
COLONIALISMO, ANTI-COLONIALISMO E AUTO-DETERMINAÇÃO: O problema ultramarino português perante as campanhas colonialista e anticolonialista.

A Revista ANHEMBI: Arquivo de grande nível sobre a hediondez do regimen salazariano.

QUE NENHUM DEMOCRATA DEIXE DE UTILIZAR AS OPORTUNIDADES QUE TIVER DE INTRODUIR ESTES LIVROS EM PORTUGAL

